

Ibama investiga funcionários envolvidos na aprovação de projeto irregular no Pará

Fazenda não existe e área teria sido criada para legalizar madeira roubada

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – O superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Pará, Paulo Castelo Branco, abriu sindicância administrativa para apurar o envolvimento de quatro servidores, três deles do alto escalão em Belém, na aprovação de um plano de manejo para a extração de 124 mil metros cúbicos de madeira em 3 mil hectares da Fazenda São Romualdo I, do madeireiro Mifibosete Reis dos Santos.

O tamanho da área a ser explorada equivale a 3 mil campos de futebol. Castelo afirma que a fazenda e o madeireiro não existem. Eles foram criados apenas para legalizar madeira roubada de outras áreas. Para aprovar um plano de manejo, o Ibama leva no mínimo dez dias. “O processo deu entrada no protocolo do Ibama

em Belém no dia 20 de outubro do ano passado e, já no dia seguinte, estava totalmente pronto e assinado, inclusive com vistoria, parecer jurídico e todos os procedimentos técnicos.”

O plano foi assinado pelo então superintendente-adjunto José Maria Gadelha. Castelo Branco ressalta que tudo foi feito durante sua ausência.

“Não tiveram nem a dignidade de me comunicar o fato depois de meu retorno. Fui descobrir tudo agora, quase no fim de fevereiro, depois de receber uma carta anônima.”

Além de Gadelha, serão ouvidos na sindicância o procurador João Belém, o diretor da Divisão Técnica, Antonio Lima Redig, e o chefe do posto fiscal do órgão no município de Dom Eliseu, Lúcio Henrique Bentes Nogueira.

Dos quatro citados por Castelo Branco, apenas Gadelha foi encontrado ontem para se defender das acusações. Os demais não foram localizados.

“O projeto era legal e assinei. Ele já havia sido analisado pelo departamento jurídico. Um projeto aprovado não quer dizer que seja liberado”, explicou Gadelha.

Ele disse estar sendo perseguido por Castelo Branco, que, segundo ele, “não entende nada de Ibama”. E acrescentou: “Eu era da confiança dele. Não quis mais ficar como

substituto. Ando cansado de ver o Castelo Branco querendo denegrir a minha imagem e a do Paulo Koury (ex-superintendente). Agora, veja quem é o Gadelha e veja quem é o Paulo Caste-

lo”. Gadelha e Redig estão sendo processados na Justiça Federal por aprovarem plano de manejo da madeireira Cemex, no qual Carlos Medeiros é apontado como proprietário das terras.

Mas, o governo do Pará diz que o nome é “fantasma”. Ele seria proprietário de mais de 10 milhões de hectares de terras da União e do Estado.

ÁREA
EQUIVALE A 3
MIL CAMPOS
DE FUTEBOL